

COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA

REQUERIMENTO Nº ,DE 2021

(Do Sr. Carlos Zarattini)

Solicita audiência pública para discutir a modelagem econômica e as condições contratuais adotadas na venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, pertencente à Petrobras, e os impactos para o mercado regional e nacional de derivados de petróleo.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 24, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a realização de audiência pública para debater as condições contratuais adotadas no recente processo de privatização da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, pertencente à Petrobrás, e os impactos para o mercado regional e nacional de derivados de petróleo.

Para a audiência, solicito que sejam convidadas as seguintes pessoas:

- Presidente da Petrobras, Petróleo Brasileiro S.A
- Presidente do Conselho de Administração da Petrobras;
- Representante da Federação Única dos Petroleiros (FUP);
- Representante do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (INEEP).

JUSTIFICAÇÃO

Enquanto enfrentamos a mais grave crise sanitária da história do nosso país, o governo prossegue com a venda acelerada de refinarias e outras instalações



fundamentais para a produção nacional de derivados de petróleo. Dessa feita, a diretoria da Petrobras encaminhou e aprovou uma recomendação de fechamento da venda da Refinaria Landulpho Alves (RLAM), na Bahia, junto ao seu Conselho de Administração, para o fundo de investimentos Mubadala Capital, pertencente aos Emirados Árabes, por míseros US\$ 1,65 bilhão.

Conforme noticiado em inúmeras matérias na imprensa, a recomendação de venda reconhece que a refinaria está sendo vendida a preço “inferior à faixa média de referência” estimada para o seu valor e salienta que o TCU fez questionamentos, sem encerrar a análise do negócio. Mesmo assim, a diretoria em fim de mandato insta os conselheiros para que tomem logo sua decisão a respeito da questão questionável e pouco transparente, apesar de o presidente da empresa já ter seu mandato vencido e vários conselheiros já terem deixado seus cargos enquanto outros encontram-se em processo de substituição.

Mesmo as avaliações de agentes privados, como a do Banco BTG Pactual afirmam que a proposta está 35% abaixo do limite inferior projetado por sua equipe de analistas. Outros especialistas afirmam que a refinaria vale, mesmo hoje, mais que o dobro do valor oferecido pelo fundo árabe interessado no preço promocional.

A venda da RLAM, juntamente com uma rede de 669 km de oleodutos e um terminal portuário, não é apenas um monumental prejuízo contábil imposto aos brasileiros – a decisão de sua venda significa principalmente um duro golpe na soberania energética para o país. A RLAM foi a primeira refinaria de petróleo no país, tem capacidade para processar 323 mil barris de petróleo por dia, que são transformados em 31 produtos, principalmente gasolina, diesel, gás de cozinha e lubrificantes. A refinaria baiana é a maior produtora brasileira de óleo combustível, e responsável pelo abastecimento de grande parte da região Nordeste do país. Com a venda, o fundo Mubadala ficará com a refinaria e as instalações logísticas a ela dedicadas, como um terminal de recebimento de petróleo e dutos de movimentação de óleo e combustíveis.

Esta é a primeira de uma série de oito refinarias que seriam postas à venda pela Petrobrás para reduzir (segundo o último Plano de Negócios e Gestão) em 50% sua capacidade de refino (que ficaria concentrada no Rio e em São Paulo), desfazendo-se das unidades do RS, PR, MG, BA, PE, CE, RN, e AM.

A atual política adotada pela empresa é reajustar os preços internos dos derivados do petróleo aos do mercado internacional, com a devida atualização da taxa de câmbio. Isso fez disparar os preços dos combustíveis, num momento de crise econômica profunda, associada ao caos na saúde. Assim, a privatização das refinarias da Petrobras e o desmonte da produção nacional de derivados de petróleo, em nome da liberdade de mercado, resultará em imensos prejuízos ao povo brasileiro. A venda da RLAM, ou de qualquer outra refinaria da Petrobras, resultará em mais altas dos preços dos combustíveis, na concentração da produção de derivados em mãos de um grupo estrangeiro monopolista e no aumento da carestia imposto à população.

Considerando desta forma a importância do assunto para a sociedade brasileira, presente e futura, bem como a necessidade de ampliar o debate sobre o impacto das privatizações de refinarias da Petrobras na produção nacional de derivados de petróleo e a escalada de preços dos combustíveis, entendemos que a realização dessa audiência pública é fundamental para a discussão do presente tema nessa Comissão de Minas e Energia.

Por essas razões, apresentamos o presente requerimento.

Sala da Comissão, 30 de março de 2021.

Dep. Carlos Zarattini
(PT – SP)

